

# Martini Meat S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da  
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais  
Paranaguá - Paraná

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 1 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

  
João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC PR-048555/O-2

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.792	19.011	Fornecedores		7.028	6.294
Contas a receber de clientes	7	12.128	7.207	Empréstimos e financiamentos	13	30.394	29.681
Impostos a recuperar		215	1.559	Valores a pagar por sinistros		-	393
Outras contas a receber		1.466	974	Impostos e contribuições a recolher	15	2.371	2.078
Outros ativos		534	369	Salários e encargos sociais	14	2.936	2.470
		<u>27.135</u>	<u>29.120</u>	Dividendos a pagar	8	1.129	2.103
				Passivo de direito de uso - Arrendamento	12(b)	4.955	4.359
				Outras contas a pagar		<u>126</u>	<u>19</u>
						<u>48.939</u>	<u>47.397</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	22	920	887	Fornecedores		-	1.960
Impostos a recuperar		1.017	1.118	Empréstimos e financiamentos	13	32.514	50.333
Propriedades para investimento	9	8.300	8.300	Impostos e contribuições a recolher	15	1.405	-
Imobilizado	10	143.211	151.504	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	14.482	14.879
Intangível	11	4.683	6.069	Passivo de direito de uso - Arrendamento	12(b)	<u>23.246</u>	<u>22.601</u>
Ativo de direito de uso - Arrendamento	12(a)	<u>26.282</u>	<u>25.834</u>			<u>71.647</u>	<u>89.773</u>
		<u>184.413</u>	<u>193.712</u>				
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	17.a	46.404	46.404
				Reservas de lucros	17.b	39.043	33.766
				Ajuste de avaliação patrimonial	17.c	<u>5.515</u>	<u>5.492</u>
						<u>90.962</u>	<u>85.662</u>
		<u>211.548</u>	<u>222.832</u>			<u>211.548</u>	<u>222.832</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços	18	88.026	93.430
Custos dos serviços prestados	19	<u>(59.851)</u>	<u>(66.654)</u>
<b>Lucro bruto</b>		28.175	26.776
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Vendas	19	(371)	(393)
Administrativas e gerais	19	(10.748)	(12.182)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	7   19	(22)	(6)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>631</u>	<u>234</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos</b>		<u>17.665</u>	<u>14.429</u>
Receitas financeiras	20	810	944
Despesas financeiras	20	<u>(11.029)</u>	<u>(12.246)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(10.219)</u>	<u>(11.302)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		7.446	3.127
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.a	397	(901)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16.a	<u>(2.855)</u>	<u>(136)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>4.988</u></u>	<u><u>2.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido do exercício	4.988	2.090
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>4.988</u></u>	<u><u>2.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<u>46.404</u>	<u>3.053</u>	<u>21.053</u>	<u>13.558</u>	<u>-</u>	<u>84.068</u>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	17.c	-	-	8.066	(8.066)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.090	2.090
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	17.a	-	105	-	-	(105)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.b	-	-	-	-	(496)	(496)
Reserva para retenção de lucros	17.b	-	-	1.489	-	(1.489)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<u>46.404</u>	<u>3.158</u>	<u>30.608</u>	<u>5.492</u>	<u>-</u>	<u>85.662</u>
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	17.c	-	-	(23)	23	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.988	4.988
<b>Destinações:</b>							
Reserva legal	17.b	-	249	-	-	(249)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.b	-	-	-	-	(1.185)	(1.185)
Dividendos revertidos para reserva de lucros	17.b	-	-	1.497	-	-	1.497
Reserva para retenção de lucros	17.b	-	-	3.554	-	(3.554)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<u>46.404</u>	<u>3.407</u>	<u>35.636</u>	<u>5.515</u>	<u>-</u>	<u>90.962</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		7.446	3.127
<b>Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pela atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	10 e 11	11.067	13.255
Depreciação do ativo de direito de uso	12	5.238	4.934
Despesas de juros de arrendamento	20	2.776	2.989
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	10	136	619
Perda por redução ao valor recuperável - contas a receber de clientes	7	22	6
Provisão para contingências	22	1.191	116
Juros provisionados sobre empréstimos	13	7.349	8.447
		<u>35.225</u>	<u>33.493</u>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber	7	(4.943)	3.451
Outros ativos		(436)	(2.269)
Fornecedores		(1.226)	(4.909)
Valores a pagar por sinistros		(393)	(1.571)
Contas a pagar		904	(2.495)
		<u>29.131</u>	<u>25.700</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<u>29.131</u>	<u>25.700</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(1.489)</u>	<u>(136)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>27.642</u>	<u>25.564</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado	10	(1.450)	(3.402)
Aquisições de intangível	11	(74)	(80)
		<u>(1.524)</u>	<u>(3.482)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>		<u>(1.524)</u>	<u>(3.482)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Mútuos com partes relacionadas		-	(2.840)
Dividendos distribuídos	17.b	(661)	(496)
Empréstimos e financiamentos captados	13	1.473	22.500
Empréstimos e financiamentos pagos	13	(21.781)	(22.873)
Amortização de arrendamento - principal	12	(7.221)	(6.797)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(4.147)	(6.972)
		<u>(32.337)</u>	<u>(17.478)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>		<u>(32.337)</u>	<u>(17.478)</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(6.219)</u>	<u>4.604</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	6	19.011	14.407
No fim do exercício	6	<u>12.792</u>	<u>19.011</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(6.219)</u>	<u>4.604</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios.

A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá/PR, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS.

#### 1.1 Situação da Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 30 de setembro de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros é esperado com retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiorias dos países, e no Brasil é projetada uma retração de 4,81% em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central de 23 de outubro de 2020.

A Administração da Companhia instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instaurada, aplicando ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

##### a. Cuidado com os colaboradores.

Adoção de *home office* para parte dos colaboradores, inclusive outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da Companhia; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. Foi estabelecido plano de retomada gradual dos colaboradores às suas bases, preservando àqueles considerados em grupo de risco.

##### b. Impactos econômico-financeiros

A maior parte das atividades da Companhia é considerada essencial, abrangendo por exemplo armazenamento de alimentos e produtos perecíveis. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 1 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota explicativa 11 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa 12 – reconhecimento dos ativos de direitos de uso relacionados a veículos, propriedades e equipamentos arrendados;
- Notas explicativas 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

## **4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

## **5 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

## **5.1 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## **5.2 Receita de contrato com cliente**

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 18.

## **5.3 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

## **5.4 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

## **5.5 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

– diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 5.6 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edificações	2% a 4% a.a
Veículos e tratores	6% a 17% a.a
Máquinas e equipamentos	8% a 17% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Outros	4% a 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## 5.7 Intangível

### Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

### Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de software	20%
----------------------	-----

## **5.8 Proriedade para investimentos**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita de aluguel, durante o prazo de arrendamento.

## **5.9 Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Todos os ativos financeiros da Companhia atualmente estão mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
  - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
  - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **5.10 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### **Ativos financeiros não-derivativos**

#### **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

#### **Mensuração das perdas de crédito esperada**

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

#### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

#### **Ativo financeiro mensurado a custo amortizado**

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

### **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **5.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

### **5.12 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **5.13 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e bancos	98	392
Aplicações financeiras (i)	<u>12.694</u>	<u>18.619</u>
	<b><u>12.792</u></b>	<b><u>19.011</u></b>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) e compromissadas de terceiros remunerados à taxa média de 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2020 e 100% em 2019 e apresentam liquidez imediata.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
No país	12.156	7.213
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(28)</u>	<u>(6)</u>
	<b><u>12.128</u></b>	<b><u>7.207</u></b>
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Provisão para perda por redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(6)	-
Adições	<u>(22)</u>	<u>(6)</u>
	<b><u>(28)</u></b>	<b><u>(6)</u></b>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

		Saldo vencido				
		<b>&lt; 30 dias</b>	<b>31 - 90 dias</b>	<b>91 - 180 dias</b>	<b>&gt; 181 dias</b>	
<b>Exercícios</b>	<b>Saldo a vencer</b>					<b>Total</b>
31/12/20	11.963	48	23	66	28	12.128
31/12/19	6.902	283	-	16	6	7.207

## 8 Partes relacionadas

	2020	2019
	<b>Dividendos a pagar</b>	<b>Dividendos a pagar</b>
Celso Antonio Frare - sócio.	5	118
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	1.124	1.985
	<b>1.129</b>	<b>2.103</b>

### a. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 465 (R\$ 465 em 2019). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

## 9 Propriedades para investimento

Referem-se a 4 terrenos localizados em Paranaguá/PR não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo. A mensuração do valor justo dos terrenos classificados como propriedade para investimento é de R\$ 21.245 (R\$ 21.223 em 2019). O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por estudos internos da Companhia e por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada.

## 10 Imobilizado

### a. Composição

	2020			2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%	Taxas médias anuais de depreciação
Edificações	111.786	(21.105)	90.681	90.823	2 a 4	
Veículos e tratores	3.121	(1.728)	1.393	1.607	6 a 17	
Máquinas e equipamentos	82.279	(43.136)	39.143	44.285	8 a 17	
Móveis e utensílios	2.050	(1.635)	415	511	10	
Obras em andamento	152	-	152	1.558	-	
Terrenos	7.657	-	7.657	7.657	-	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.892	(12.122)	3.770	5.063	4 a 25	
	<b>222.937</b>	<b>(79.726)</b>	<b>143.211</b>	<b>151.504</b>		



**b. Movimentação**

Classes do imobilizado	<b>2019</b>					
	<b>Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020</b>					
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	90.823	512	-	2.071	(2.725)	90.681
Veículos e tratores	1.607	53	(95)	-	(172)	1.393
Máquinas e equipamentos	44.285	711	(36)	(511)	(5.306)	39.143
Móveis e utensílios	511	11	-	-	(107)	415
Obras em andamento	1.558	154	-	(1.560)	-	152
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.063	9	(5)	-	(1.297)	3.770
	<b>151.504</b>	<b>1.450</b>	<b>(136)</b>	<b>-</b>	<b>(9.607)</b>	<b>143.211</b>

Classes do imobilizado	<b>2018</b>					
	<b>Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019</b>					
	Líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação do exercício	Líquido
Edificações	91.217	1.395	(42)	843	(2.590)	90.823
Veículos e tratores	1.835	-	-	-	(228)	1.607
Máquinas e equipamentos	46.410	3.367	(534)	428	(5.386)	44.285
Móveis e utensílios	569	15	(23)	56	(106)	511
Obras em andamento	2.495	1.554	-	(2.491)	-	1.558
Terrenos	7.657	-	-	-	-	7.657
Outros	6.322	141	(20)	361	(1.741)	5.063
	<b>156.505</b>	<b>6.472</b>	<b>(619)</b>	<b>(803)</b>	<b>(10.051)</b>	<b>151.504</b>

**c. Revisão da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos**

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Anualmente, a Companhia revisa o valor estimado de recuperação do seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativo da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

## 11 Intangível

### a. Composição

	2020			2019		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido		
Intangível						
Ágio	3.675	-	3.675	3.675		-
Direitos de software	17.142	(16.134)	1.008	2.394		20
	<b>20.817</b>	<b>(16.134)</b>	<b>4.683</b>	<b>6.069</b>		

### b. Movimentação

Classes do intangível	2020				
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	2.394	74	-	(1.460)	1.008
	<b>6.069</b>	<b>74</b>	<b>-</b>	<b>(1.460)</b>	<b>4.683</b>

  

Classes do intangível	2019				
	Líquido	Aquisições	Transferência	Amortização do exercício	Líquido
Ágio	3.675	-	-	-	3.675
Direitos de software	4.716	80	803	(3.205)	2.394
	<b>8.391</b>	<b>80</b>	<b>803</b>	<b>(3.205)</b>	<b>6.069</b>

#### **Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

#### **Teste por redução ao valor recuperável (ágio)**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia realizou o teste de impairment do ágio por expectativa de rentabilidade futura e o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil.

## 12 Arrendamentos

### a. Direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a edificações e veículos arrendados estão apresentados abaixo:

	<b>Edificações</b>	<b>Veículos operacionais</b>	<b>Veículos não operacionais</b>	<b>Total</b>
Em 1 de janeiro de 2020	24.765	850	219	25.834
Depreciação	(4.165)	(892)	(181)	(5.238)
Remensuração	2.347	42	11	2.400
Novos contratos	2.395	891	-	3.286
Em 31 de dezembro de 2020	<b>25.342</b>	<b>891</b>	<b>49</b>	<b>26.282</b>
	<b>Edificações</b>	<b>Veículos operacionais</b>	<b>Veículos não operacionais</b>	<b>Total</b>
Em 1 de janeiro de 2019	27.207	1.573	438	29.218
Depreciação	(3.881)	(834)	(219)	(4.934)
Remensuração	1.439	111	-	1.550
Em 31 de dezembro de 2019	<b>24.765</b>	<b>850</b>	<b>219</b>	<b>25.834</b>

### b. Passivo de arrendamentos

As taxas médias de descontos usadas foram de 9,90% (10,8% em 2019) por ano para edificações e 8,97% (10,3% em 2019) por ano para veículos.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia.

	<b>Edificações</b>	<b>Veículos operacionais</b>	<b>Veículos não operacionais</b>	<b>Total</b>
Em 1 de janeiro de 2020	25.842	888	230	26.960
Pagamento do arrendamento	(6.043)	(977)	(201)	(7.221)
Juros apurados	2.718	46	12	2.776
Remensuração	2.347	42	11	2.400
Novos contratos	2.394	892	-	3.286
Em 31 de dezembro de 2020	<b>27.258</b>	<b>891</b>	<b>52</b>	<b>28.201</b>
Circulante	4.095	812	48	4.955
Não circulante	23.163	79	4	23.246

	<b>Edificações</b>	<b>Veículos operacionais</b>	<b>Veículos não operacionais</b>	<b>Total</b>
Em 1 de janeiro de 2019	27.207	1.573	437	29.218
Pagamento do arrendamento	(5.638)	(916)	(244)	(6.797)
Juros apurados	2.833	120	36	2.989
Remensuração	1.439	111	-	1.550
Em 31 de dezembro de 2019	<b><u>25.842</u></b>	<b><u>888</u></b>	<b><u>230</u></b>	<b><u>26.960</u></b>
Circulante	3.241	888	230	4.359
Não circulante	22.601	-	-	22.601

### 13 Empréstimos e financiamentos

<b>Modalidade (em moeda nacional)</b>	<b>Encargos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Finame	1,18% a.m	14.720	17.429
Leasing	1,31% a.m	2.841	3.172
Capital de giro	0,96% a.m	45.347	59.413
<b>Total</b>		<b><u>62.908</u></b>	<b><u>80.014</u></b>
<b>Passivo circulante</b>		<b><u>30.394</u></b>	<b><u>29.681</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b><u>32.514</u></b>	<b><u>50.333</u></b>

#### a. Movimentação

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Saldo inicial</b>	80.014	75.842
Novas captações	1.473	25.570
Pagamento de principal	(21.781)	(22.873)
Juros pagos sobre empréstimos	(4.147)	(6.972)
Juros provisionados sobre empréstimos	7.349	8.447
<b>Saldo final</b>	<b><u>62.908</u></b>	<b><u>80.014</u></b>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos a longo prazo

	<b>2020</b>
2022	23.488
2023	7.712
2024	1.044
2025	270
	<b><u>32.514</u></b>

	<b>2019</b>
2021	28.247
2022	13.930
2023	7.418
2024	738
	<b>50.333</b>

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos e financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 14.720, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 45.347, sendo que, desse montante, R\$ 22.318 estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados em primeiro grau.

## **14 Salários e encargos sociais**

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Salários e férias a pagar	2.418	1.990
INSS	363	349
FGTS	112	106
IRRF	43	25
	<b>2.936</b>	<b>2.470</b>

## **15 Impostos a recolher**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Imposto de renda	2.382	1.352
Contribuição social	459	-
ISS	521	233
COFINS	324	388
PIS	70	84
Impostos retidos	20	21
	<b>3.776</b>	<b>2.078</b>
Circulante	2.371	2.078
Não circulante	1.405	-
	<b>3.776</b>	<b>2.078</b>

## 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão de contingências	1.678	1.273
Ágio Refribras	1.413	1.355
Custos dos empréstimos – CPC 20	(79)	(171)
Ativo imobilizado – custo atribuído	(2.841)	(2.829)
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(15.039)	(14.270)
Ativo de direito de uso- arrendamentos – CPC 36	652	383
Outros	(266)	(620)
	<u><b>(14.482)</b></u>	<u><b>(14.879)</b></u>

### (a) Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Resultado antes dos impostos	7.446	3.127
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	<u>(2.532)</u>	<u>(1.063)</u>
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	2	1
IRPJ e CSLL sobre adições ou exclusões permanentes	72	25
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	397	(901)
Corrente	<u>(2.855)</u>	<u>(136)</u>
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<u><b>(2.458)</b></u>	<u><b>(1.037)</b></u>
Alíquota efetiva	33,0%	33,2%

## 17 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social é de R\$ 46.404 totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

### b. Reservas de lucros

#### *Reserva legal*

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### *Dividendos*

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.988	2.090
Reserva legal - 5%	<u>(249)</u>	<u>(105)</u>
Base de cálculo dos dividendos	4.739	1.985
Percentual de aplicação para dividendos conforme estatuto	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u><b>1.185</b></u>	<u><b>496</b></u>

Durante o exercício os acionistas deliberaram pela reversão de dividendos distribuídos em exercícios anteriores no montante de R\$ 1.497 (R\$ 0 em 2019).

#### *Reserva de retenção de lucros*

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2020 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste de avaliação patrimonial incluem a variação líquida acumulada do valor justo para itens do imobilizado disponíveis para a operação da Companhia até que os ativos sofram redução do valor justo pela depreciação e amortização.

## 18 Receita líquida de prestação de serviços

### a. Fluxo de receitas

A Companhia gera receita pela prestação de serviço de armazenamento e locação de imóveis e equipamentos.

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	85.981	94.199
Receita de locação de imóveis e equipamentos	14.398	12.158
	100.379	106.357
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(12.146)	(12.868)
Devoluções e abatimentos	(207)	(59)
	(12.353)	(12.927)
	<b>88.026</b>	<b>93.430</b>

### b. Mensuração e reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
<b>Receita de armazenamento</b>	A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de transporte. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, 40 dias após a conclusão da entrega.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado
<b>Receita de locação de imóveis e equipamentos</b>	As receitas são realizadas mensalmente pelo pagamento dos imóveis e equipamentos locados.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os ativos são locados.



## 19 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

Os custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos é o seguinte:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesa com benefícios a empregados	(20.069)	(27.218)
Despesas de depreciação e amortização	(11.067)	(13.255)
Fretes	(8.695)	(8.232)
Despesas com energia elétrica	(7.720)	(9.080)
Manutenção e reparos	(5.636)	(5.540)
Serviços de terceiros	(5.288)	(5.384)
Depreciação - direito de uso	(5.238)	(4.934)
Comissão sobre vendas	(1.552)	(233)
Vigilância e segurança	(1.121)	(1.107)
Combustíveis e lubrificantes	(825)	(1.002)
Embalagens	(793)	(883)
Seguros	(637)	(1.597)
Locação de imóveis e equipamentos	(82)	(98)
Redução ao valor recuperável de contas a receber	(22)	(6)
Outros	(2.247)	(666)
	<b><u>(70.992)</u></b>	<b><u>(79.235)</u></b>
<b>Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função</b>		
Custos dos serviços prestados	(59.851)	(66.654)
Despesas com vendas	(371)	(393)
Despesas administrativas e gerais	(10.748)	(12.182)
Despesas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(22)	(6)
	<b><u>(70.992)</u></b>	<b><u>(79.235)</u></b>

## 20 Despesas financeiras, líquidas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.511)	(6.776)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(331)	(22)
Juros de arrendamentos	(2.776)	(2.989)
Variação cambial passiva	(1.838)	(1.671)
Outros	(573)	(788)
	(11.029)	(12.246)
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre ativos financeiros	810	882
Variação cambial ativa	-	62
	810	944
	(10.219)	(11.302)

## 21 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2020	2019		
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo armotizado	Total	Total
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.792	-	12.792	19.011
Contas a receber de clientes	8	12.128	-	12.128	7.207
		<b>24.920</b>	-	<b>24.920</b>	<b>26.218</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		-	7.028	7.028	8.254
Empréstimos e financiamentos	14	-	62.908	62.908	80.014
Passivo de direito de uso	12(b)	-	28.201	28.201	26.960
		-	<b>98.137</b>	<b>98.137</b>	<b>115.228</b>

*Empréstimos e financiamentos, fornecedores e passivos de arrendamento* - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre contas a receber de clientes reconhecidas no resultado está divulgadas na nota 8.

*Caixa e equivalentes de caixa* - A Companhia detém 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 12.792 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 19.011 em 2019). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual de empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 13.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de taxa de juros*

A Companhia adota como política manter sua exposição a juros pre-fixados.

## 22 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<b>2020</b>			<b>2019</b>
	<b>Provisão</b>	<b>Depósito judicial</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Trabalhistas	678	(622)	56	63
Tributárias	<u>4.258</u>	<u>(5.234)</u>	<u>(976)</u>	<u>(950)</u>
	<b><u>4.936</u></b>	<b><u>(5.856)</u></b>	<b><u>(920)</u></b>	<b><u>(887)</u></b>

### Movimentação da provisão para contingências

	<b>2020</b>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adições a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhistas	227	451	-	678
Tributárias	<u>3.517</u>	<u>740</u>	<u>-</u>	<u>4.257</u>
	<b><u>3.744</u></b>	<b><u>1.191</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>4.935</u></b>
	<b>2019</b>			
	<b>Saldo</b>	<b>Adições a provisão</b>	<b>Utilização</b>	<b>Saldo</b>
Trabalhistas	972	-	(745)	227
Tributárias	<u>2.656</u>	<u>861</u>	<u>-</u>	<u>3.517</u>
	<b><u>3.628</u></b>	<b><u>861</u></b>	<b><u>(745)</u></b>	<b><u>3.744</u></b>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 9.292 (R\$ 6.472 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## **23 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 338.644 para danos materiais, sendo R\$ 122.959 para cobertura predial, R\$ 83.186 para máquinas, móveis e utensílios, R\$ 54.200 para estoques de mercadorias e R\$ 78.299 para cobertura de lucros cessantes.

\* \* \*